Processo n.º 559/2006

(Revisão de Sentença do Exterior)

Data: 10/Dezembro/2009

Requerente: A Limited (A 有限公司)

Requeridos: B Limited (B 有限公司)

C (XXX)

**ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:**

I – RELATÓRIO

A Limited (A 有限公司), com sede em Unit XXX, Floor XXX,
XXX Centre, XXX, Hong Kong, vem pedir

contra

B Limited (B 有限公司), com sede em Suites XXX, XXX Tower,
XXX Square, XXX Street, XXX Bay e Unit XXX, XXX, XXX House, Hong

Kong,

e

D (XXX) , de sexo feminino, casada, portadora do Cartão de Identidade da RAEHK n.º XXX(XXX), com a residência na Avenida XXX n.º XXX, XXX andar XXX,

a revisão e confirmação das decisões feitas por Tribunais fora do Território,

alegando:

尊敬的澳門特別行政區

中級法院法官閣下

申請人:**A**有限公司(**A LIMITED**),法人住所為香港特別行政區 XXX 道 XXX 號 XXX 大廈 XXX 座 XXX 樓 XXX 至 XXX 室,針對

被申請人:**B**有限公司(**B LIMITED**),法人住所為 香港特別行政區 XXX 灣 XXX 街 XXX 號 XXX 廣場 XXX 銀行大廈 XXX 樓 XXX 大樓 XXX 大廈 XXX 字樓 XXX 室及

C ,女,未婚,成年,持有香港特別行政區身份證編號為 XXX(XXX),居住於澳門 XXX 大馬路

XXX 號 XXX 樓 XXX,向澳門特別行政區中級法院提起

對澳門以外地方之法院所作裁決之審查及確認

有關的事實及法律依據如下:

一)

於 2004 年 5 月 25 日,中華人民共和國上海市第二中級人民法院作了一判決,有關的如下:

1)B 有限公司,C 應於該判決生效之日起十日內支付 A 有限公司美元 519,181,56 (折合為澳門幣 417,151,999.80);

2)A 有限公司的其餘請求被判處不成立;

3)A 有限公司分擔人民幣 22,009 元正 (折合為澳門幣 21,502.79)的案件受理費,而 B 有限公司與 C 則分擔人民幣 26,899 元正 (折合為澳門幣 26,28032)的案件受理費(文件一)。

二)

由於 B 有限公司其後向中華人民共和國上海市高級人民法院對上述判決提出上訴,而該法院於 2005 年 8 月 24 日作出了一終審民事判決,有關的判決如下:

1)維持上海市第二中級人民法院(2003);戶二中民二(民)初字第 120 號民事判決 第二項;

2)變更上海市第二中級人民法院(2003);戶二中民二(民)初字第 120 號民事判決 第一項為:B 有限公司、C 在該判決生效後十日內支對 A 有限公司美元 414,364.83 元正(折合為澳門幣 3,329,338.53)

3)B 有限公司承擔人民幣 40,000 元正(折合為澳門幣",080.00)的案件 受理費,而 A 有限公司則承擔 8,908 元正(折合為澳門幣 8,703.11)的案件受 理費(文件二)。

三)

在本申請書所附隨之文件二是有關上海市高級人民法院(2004);戶高民一(民)終字 第 95 號的判決書之公證證明書。

四)

該判決書上載有上海市高級人民法院民事判決書的題字且在結尾部分蓋有上海市高級人民 法院之印章,該判決書是符合了當地法律的形式,我們對於這份判決書之真偽並沒有任 何疑問。

五)

此外,在相關判決書中,有清楚載明上訴人(原審被告 - B 有限公司 - B LIMITED)及被上 訴人(原審原告 - A 有限公司 A LIMITED)之身份資料、指出了以合議庭形式審該案件、 更敘述了原告主所主張的事實、被告的答辯內容及雙方訴訟代理人之意見、法院對事實 的認定和解釋法律的適用問題、對原審法院的判決所作之分析並作出了一終審判決。

六)

上述判決由於是終審判決,故從我們的法律制度去理解,有關的判決是已確定,即是一已 有確定裁判的案件。

七)

有關的判決中所解決的債權債務關係,根據民事訴訟法典第 20 條的反義解釋,這並不是 澳門法院的專屬管轄權所審理之案件,故有關案件在國內審理是沒有任何問題。

八)

在上述判決書已顯示出並無任何違反辯論原則及當事人平等原則的情況,且被告巴依法被傳喚。

九)

該判決中並沒有包含任何與澳門公共秩序相違背的決定,故法院確認該判決是適宜的。

十)

申請人需要請求法院確認上述判決,以便該判決可澳門生效,且其可以此查封在澳門財產或權利,從而追回有關債權。

十一)

此外,本案的被申請人 C 在本澳設立有限公司,中文商業名稱為 D 置業有限公司,葡文為 D PROPRIEDADE LIMITADA,登記編號為 XXX,而按相關的商業登記文件,顯示其在本澳居所且在該公司擁有一股,票面價值為澳門幣壹萬伍仟元正 MOP\$15,000.00(文件三)。

11º

Além disso, a requerida da presente causa, C constituiu uma sociedade limitada em Macau, cuja firma em chinês é D 置業有限公司, e em português é D PROPRIEDADE LIMITADA, N.º de Registo : XXX, de acordo com os documentos do Registo Comercial de Macau, que evidenciam que a requerida tem residência em Macau e é dona de uma quota como valor nominal de MOP15,000.00 (quinze mil pataca) (Doc.3).

十二)

為此,申請人需要取得及主張其利益,而為著民法的效力,被申請人 C 是澳門常居民且擁有財產,其將執行該財產以追討其債權。

12º

Assim sendo, o requerente tem interesse agir, pois pretende, uma vez que a é residente de Macau, para efeitos da Lei Civil, e aqui tem bens, executá-los a fim de se ver ressarcido do seu crédito.

十三)

按民事訴訟法與第 15 條 c)項及第 17 條 a)規定,本澳法院是具有管轄權。

Em conformidade com os dispostos nos art. 15º, al. c) e art. 17º, al. a), os Tribunais de Macau são competentes.

十四)

基於上述原因,該判決是完全符合了民事訴訟法典第 1200 條 1 款規定之所有要件。

十五)

本案法院具有管轄權,申請人具有當事人能力、訴訟能力、正當性。

綜上所述,請求法官閣下接納本申請,並確認由中華人民共和國上海市高級人民法院於 2005 年 8 月 24 日作出的終審民事判決;判處 B 有限公司、C 向申請人美元 414,364.83 元正(折合為澳門幣 3,329,338.53)。

為此,請求法院按民事訴訟法典第 1201 條第 1 款規定,傳喚被申請人,以使其可於法定期間作出答辯。隨後繼續訴訟程序,直至終結為止。

附件:蓋事會會議錄之公證證明書壹份授權書公證證明書壹份、文件奉份及法定複本。

案件利益值：澳門幣叁佰叁拾貳萬玖仟叁佰叁拾捌圓伍角 (MOP3,329,338.53)¹

¹ “1)

Em 25 de Maio de 2004, o Segundo Tribunal Popular de Nível Médio do Município de Shanghai da República Popular da China, proferiu uma sentença, decidindo:

1) *Julgar B Limited (B 有限公司) e C (XXX) a pagar um montante de US\$519.181,56 (equivalentes a MOP\$417.151.999,80) à A Limited (A 有限公司), nos dez dias a contar da data da produção dos efeitos dessa sentença;*

2) *Não dar provimento aos outros pedidos requeridos pela A(A 有限公司);*

3) *Julgar a A Limited (A 有限公司) a pagar 22.009,00 renminbis (equivalentes a MOP\$21.502,79) das custas processuais, e a B Limited (B 有限公司) e C(XXX), o resto de 26.899,00 renminbis (equivalentes a MOP\$26.280,32). (ver o doc. N.º1).*

2)

Não conformada, a B Limited (B 有限公司) interpôs o recurso da sentença supra citada ao Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai da República Popular da China que, pela sentença definitiva (de última instância), no processo civil, de 24 de Agosto de 2005, decidiu:

1). *Manter o item n.º 2 da decisão proferida pelo Segundo Tribunal Popular de Nível Médio do Município de Shanghai no processo civil n.º 120 da Série Hu Er Zhong Min Er (Min) Chu Zi (2003);*

2) *Alterar o item n.º 1 da decisão proferida pelo Segundo Tribunal Popular de Nível Médio do Município de Shanghai no processo civil n.º 120 da Série Hu Er Zhong Min Er (Min) Chu Zi (2003) para julgar B Limited (B 有限公司) e C (XXX) a pagar um montante de US\$414.364,83 (equivalentes a MOP\$3.329.338,53) à A Limited (A 有限公司), nos dez dias a contar da data da produção dos efeitos desta sentença;*

3) *Julgar a A Limited (A 有限公司) a pagar 40.000,00 renminbis (equivalentes a*

MOP\$39.080,00) das custas processuais, e a **B Limited (B 有限公司)**, 8.908,00 renminbis (equivalentes a MOP\$8.703,11). (ver o doc. N.º 2).

3)

O documento anexo n.º 2 junto deste requerimento constitui o certidão de autenticação da sentença proferida pelo Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai n.º 95 da Série Hu Gao Min Yi (Min) Zhong Zi.

4)

O documento da sentença supra citada está com o título da Sentença Proferida no Processo Civil pelo Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai e tem apostado o carimbo do mesmo Tribunal ao final do documento, correspondendo assim ao formalismo legal local. Não temos nenhuma dúvida sobre a autenticidade desta sentença.

5)

Além disso, a sentença supra citada, com os sinais do recorrente (**B Limited (B 有限公司)**), Ré no Tribunal a quo) e do recorrido (**A Limited (A 有限公司)**) autora no Tribunal a quo), expressou que, tendo feito o julgamento deste processo pelo Tribunal Colectivo, proferiu a decisão de última instância com os factos pugnados pelo autora, a contestação da Ré, as declarações dos mandatários judiciais de ambas as partes, a convicção do Tribunal sobre os factos e a interpretação e a aplicação do direito, bem como a apreciação sobre a sentença proferida pelo Tribunal a quo.

6)

Como a sentença supra referida é uma decisão definitiva, entendemos no âmbito jurídico nosso que a sentença já transitou em julgado, por isso, o processo constitui um processo com sentença já transitada em julgado.

7)

Ao abrigo do disposto no artigo 20º do Código de Processo Civil, a contrário sensu, o caso sub judice a respeito da relação de crédito julgada pelo Tribunal supra citado não se enquadra em casos de que devem ser conhecidos em tribunais de Macau com a jurisdição exclusiva, razão pela qual, o conhecimento e apreciação do caso no interior do continente da China não tem nenhum problema.

8)

Não se verificaram, na sentença supra citada, circunstâncias que violem o princípio de discussão e o princípio de igualdade dos interessados, além de o recorrido ter sido citado nos termos da lei.

9)

Não consta, na sentença supra citada, nenhuma decisão que contrarie a ordem pública de Macau, por isso, o Tribunal confirmou a sentença adequada.

10)

O requerente pediu ao Tribunal confirmar a sentença supra citada para que ela possa produzir efeitos em Macau e com isso, o requerente possa ser reembolsado da respectiva dívida.

11)

*Além disso, a requerida da presente causa, C constituiu uma sociedade limitada em Macau, cuja firma em chinês é **D 置業有限公司** e em português é **D PROPRIEDADE LIMITADA**, N.º de Registo: XXX, de acordo com os documentos do Registo Comercial de Macau, que evidenciam que a requerida tem residência em Macau e é dona de uma quota com um valor nominal de MOP15.000,00 (quinze mil patacas) (Doc.3).*

12)

Assim sendo, o requerente tem interesse agir, pois pretende, uma vez que a é residente de Macau, para efeitos da Lei Civil, e aqui tem bens, executá-los a fim de se ver ressarcido do seu crédito.

B LIMITED, requerida, melhor identificada nos autos à margem

13)

Em conformidade com os dispostos nos artigos 15.º al. c), e artigo 17.º al. a), os Tribunais são competentes.

14)

Por motivos supra expostos, a sentença supra citada satisfaz todos os requisitos abrangidos no artigo 1200º, n.º 1 do Código de Processo Civil.

15)

Este Tribunal tem jurisdição sobre o caso, o requerente é dotado de personalidade judiciária, capacidade judiciária e de legitimidade.

Nestes termos, vem pedir seja admitido este requerimento e confirmada a sentença proferida em 24 de Agosto de 2005 pelo Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai da República Popular da China;

julgada a B Limited (B 有限公司) e C (XXX) a pagar ao requerente um montante de US\$414.364,83 (equivalentes a MOP\$3.329.338,53).

Para isso, vem pedir o Tribunal citar, nos termos do artigo 1201º, n.º 1 do Código de Processo Civil, o requerido para que ele possa contestar dentro do prazo legal, de modo a dar o seguimento ao processo até ao seu termo.

Documentos anexos: Certidão de autenticação da Resolução da reunião dos Directores, Certidão de autenticação de procuração, dois documentos e as respectivas cópias legais.

O valor de causa do processo: MOP\$3.329.338,53.”

indicados, contesta, dizendo:

“1º

A petição inicial nos autos foi assinada pelo advogado estagiário Dr. E, o qual não tem competência para o efeito nos termos do artigo 28º do Regulamento de Acesso à Advocacia, e pela F, patrona do primeiro.

2º

Acontece, porém, que a F não assinou a peça na qualidade de advogada da requerente mas sim enquanto apenas patrona do Dr. E.

3º

Como aliás nem podia ser de outra maneira visto que a mesma não domina a língua em que a petição foi redigida.

4º

Logo, salvo melhor opinião, não estando a F a actuar nos autos como advogada da requerente e não tendo o Dr. E competência para intervir nos mesmos, deverão as requeridas ser absolvidas da instância.

5º

Por outro lado, o documento do qual consta a decisão que se pretende ver

confirmada é apenas uma cópia com a menção de que corresponde ao original.

6º

Uma vez, porém, que nada mais é adiantado, desconhece-se qual é a entidade que atesta a correspondência entre a cópia e o original e se aquela tem efectivamente poderes para confirmar a autenticidade das cópias feitas dos originais.

7º

Razão pela qual levantam-se, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 1200º do Código de Processo Civil de Macau, dúvidas sobre a autenticidade do documento de que consta a decisão objecto do presente pedido de confirmação.

8º

Devem, por isso, as requeridas ser absolvidas do pedido.

Nestes termos e nos mais de direito, deverão as requeridas ser absolvidas do pedido.”

A 有限公司 (A LIMITED), requerente, responde, evidenciando a sem razão da contestante.

O Exmo Senhor Procurador Adjunto emite o seguinte douto parecer:

“O Ministério Público, nos termos do n.º 1 do art. 1203º do C. P. Civil e tendo em conta o disposto no n.º 2 do art. 1205º do mesmo Código, pronuncia-se pela forma seguinte:

A sentença revidenda foi proferida por tribunal cuja competência não se mostra ter sido provocada em fraude à lei.

Não versa, do mesmo modo, sobre matéria da exclusiva competência dos tribunais de Macau, tal como vem definida no art. 20º do C. P. Civil.

Os Réus foram regularmente citados para a acção - nos termos da lei do local do tribunal de origem - e mostram-se observados os princípios do contraditório e da igualdade das partes.

A confirmação da decisão não conduz a um resultado manifestamente incompatível com a ordem pública.

Pelo exposto, em face do que dispõem os artigos 1199º e segs. do citado C. P. Civil, não se vê obstáculo a que seja revista a decisão em causa, no âmbito das alíneas c), e) e f) do n.º 1 do artigo 1200º do mesmo Diploma.”

Foram colhidos os vistos legais.

II - PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

O Tribunal é o competente internacionalmente, em razão da matéria e da hierarquia.

As partes são dotadas de personalidade e capacidade judiciária, dispondo de legitimidade *ad causam*.

Inexistem quaisquer outras exceções ou questões prévias de que cumpra conhecer.

III - FACTOS

Nos autos vem certificado o seguinte:

1. É do seguinte teor a sentença do Segundo Tribunal Popular de Nível Médio do Município de Shanghai, Sentença no Processo Civil, Série: Hu Er Zhong Min Er (Min) Chu Zi (2003) n.º 120:

中华人民共和国上海市第二中级人民法院

民事判决书

(2003)沪二中民二(民)初字第120号

原告A有限公司(A LIMITED), 住所地香港特别行政区XXX道中XXX号XXX大厦XXX楼XXX室。

法定代表人G,经理.

委托代理人H,上海市I律师事务所律师.

委托代理人J,上海市J律师事务所律师。 .

被告B有限公司(B LIMITED), 住所地香港特别行政区XXX道XXX号XXX大楼XXX大厦XXX字楼XXX室。

负责人C,董事.

委托代理人K, 上海市L律师事务所律师.

委托代理人M, 上海市L律师事务所律师,

被告C(原名C),女,1959年1月1日出生,汉族, B有限公司董事,住香港特别行政区XXX道XXX号XXX中心XXX字楼XXX室。

委托代理人K,上海市L律师事务所律师.

委托代理人M,上海市L律师事务所律师。

被告N(原名N),男,1955年12月1日出生,汉族,住香港特别行政区XXX道XXX号XXX中心XXX字楼XXX室。

委托代理人K, 上海市L律师事务所律师。

委托代理人M, 上海市L律师事务所律师。

被告O, 男, 1941年6月19日出生, 汉族, 住台湾省XXX市XXX路XXX段XXX号.

委托代理人P, 上海市Q律师事务所律师.

委托代理人R, 上海市Q律师事务所律师.

原告A有限公司(以下简称A公司)诉被告B有限公司(以下简称B公司)、C、N、O房地产开发经营合同纠纷一案, 本院受理后, 依法组成合议庭于2004年3月5日公开开庭进行了审理. A公司的委托代理人H, B、C、N的委托代理人K, O的委托代理人R到庭参加诉讼. 本案现已审理终结.

原告A公司诉称, 1992年12月, B公司与案外人上海S房地产有限公司(以下简称S公司)签订了《冠浦花园代销合同》, 由B公司代销S公司开发的座落于上海市西凌家宅路房屋. 嗣后, B公司又与O签订了《合作协议》, 共同进行冠浦花园的房屋销售(计划销售的利润分配比例为B公司得40%, O得60%). 之后, B公司又与A公司商定共同销售冠浦花园房屋, B公司可得利润由双方各半分享, 至1994年5月, 冠浦花园房屋共售出109个单位. 同年5月22日, 由于销售疲软, A公司与B公司、C签订了《分楼协议》, 协议对A公司在冠浦花园代销计划内的20%权益(即B公司所占的一半权益)予以确认, 同时又约定根据分成比例冠浦花园未售出的单位中的18个单位销售责任及权益归B公司, A公司承担按比例计算的资金责任, 双方签订协议以前的往来帐目在14天内结算清楚. 后B公司提交一份未经稽核的帐目给A公司, 因A公司提出异议, 双方发生争议, 已售出的109个单位所获之利润也未能分配. 此后, 又因B公司擅自销售《分楼协议》中载明应分配给A公司的房产单位, 双方涉讼. A公司要求将已售出的109个单位中A公司应得之利润充抵18个单位的资金责任, 并取得相关房屋, 此要求未获原. 二审法院的支持. 因原《分楼协议》所确定的已售出的109个单位中A公司应得的销售利润一直悬而未决, 现诉请至法院, 请求判令B公司、C、N(因N系C之丈夫, 其应承担婚姻期间的债务)向A公司支付掰拖欠的利润美金940, 692. 79元, (其中溢金佣金减去开支计 699, 991. 29美元; 经纪佣金165, 830. 16美元; 手续费41, 457. 54 美元; 没收的订金33, 413. 80美元)折算成人民币为7, 779, 529. 37 元(按1:8. 27的汇率); 判令O承担相

应的连带责任。

被告B公司、C、N共同辩称,A公司从未就本案系争的冠浦花园已销售的109套房屋的销售利润主张过权利,已超过我国法律规定的诉讼时效,丧失胜诉权.且所谓的利润分配亦缺乏依据,故要求对A公司的诉讼请求不予支持。

被告O辩称,已与原告A公司的诉讼请求无任何法律上和事实上的联系,故要求驳回A公司对自己的诉讼请求。

本院经审理查明,1992年12月23日,A公司与案外人S公司签订《冠浦花园代销合同》,合同约定由B公司代销S公司开发的座落于上海市西凌家宅路的冠浦花园房屋,B公司应支付代销保证金,规定期限内未售出的房屋,由B公司购入,价款可以保证金支付。

代销合同签订后,B公司又与O签订《合作协议》一份,协议约定,B公司与S公司所签合同约定的有关保证金由O负责提供,按《合作协议》计划所得的利润,扣除一切的支出及保证金后,O得60%,B公司得40%,该房屋出售时,经纪佣金以最高2%计算。协议另约定了其他内容。

嗣后,B公司又与A公司商定共同销售冠浦花园房屋,B公司的可得利润由双方各半分享。至1994年5月,冠浦花园房屋共售出109个单位。

1994年5月22日:A公司与B公司、C等签订《分楼协议》一份,协议约定,A公司于上海冠浦花园代销计划内的20%权益(即B公司所占40%权益中的一半),B公司及C予以确认,并出具书面证明。同时实行分楼办法,即将冠浦花园18单位(暂算建筑面积1,751.07平方米)的销售责任及权益分配予A公司。而A公司亦会承担其按比例计算的资金责任。A公司在销售其名下单位所得的楼价款或在未出售情况下所收的租金或其他收益,在满足其按比例需承担的资金责任后,会属A公司所有。A公司无须承担其他责任。在有溢价摊分的情况下,A公司亦可分得其应得的20%。B公司及C应协助A公司取得其应得利润,此《分楼协议》于1994年5月18日生效并起计。双方的往来帐目,以本协议签署日期为截数日,于14天内相互核算清楚。协议另约定了其他事项。此后,B公司提交了一份帐目给A公司,A公司以该帐目未经

稽核,所列收支不实等为由,表示不予认可.双方为此发生争执,已售出的109个单房屋的销售利润也未予分配。

1995年6月,A公司因《分楼协议》所约定的18套房屋中的有关权益未能获得,向原上海市中级人民法院提出起诉,要求将109套房屋中自己应分得的利润充抵其承担的18套房屋的资金责任,并取得其中的8套房屋,故请求判令B公司、C等 将8套房屋支付给A公司,诉讼中本院追加了O等为该案的第三人。本院审理后认为,A公司与B公司对资金责任的约定不够明确,而对已售的109套单位的房屋利润等双方可另行处理,遂于1997年6月28日作出(1995)沪中民初字第160号民事判决,判令B公司、C、O等将系争的8套房屋交A公司,B公司返还O等8套房屋的价款.判决后,B公司、C、O等不服,向上海市高级人民法院提出上诉。上海市高级人民法院审理后认为,A公司以已售的109套房屋的销售利润未予结清之前,不需承担《分楼协议》的约定 承担房屋的资金责任,缺乏依据.至于双方销售利润的分配,可另案主张,O等人取得的房屋也系善意取得.遂于1999年7月9日,作出(1997)沪高民终字第161号民事判决,撤销了本院 的原审判决,A能公司的诉讼请求不予支持.判决生效后,A公司又向上海市高级人民法院提出再审申请。上海市高级人民法院于2001年10月25日作出(2001)沪高民监字第104号驳回再审申请通知书,认定原二审改判正确6关于双方销售房屋所得的利润分配,可通过另案主张。

2003年10月20日,A公司对本案提出起诉,并作出上述诉请。审理中,A公司向本院提供了原(1995)沪中民初字第160号房屋代销一案中B公司、C等向本院递交的关于109套 房屋销售利润、佣金、手续费等证据材料。证据一、1996年7月1日B公司递交的“冠浦花园109套单位基价溢价计算表” D项,109套单位的出售合同楼价为16,437,154.86美元,应付S基价为12,566,903.33美元。证据二、1995年8月29日B公司递交的“A资金责任表”,B支出(根据T会计楼未经稽核帐目取得)为1,274,343.72美元及与上述 D项相对应的1992年8月1日至1994年5月18日“冠浦花园项目收支表”,支出为港币 9,850,677元(约合1,274,343.72美元)。另原(1995)沪中民初字第160号案审理中的1996年3月7日谈话笔录,B公司对提出揭开支为985万余元港币亦予认可。证据三、1993年6月8日,O、C、A公司、B公司为案外的

“金龙花园”销售佣金事宜约定,售楼佣金按楼价的2%收取。证据四、1996年3月7日,原(1995)沪中民初字第160号案谈话笔录涉及收取的楼价款0.5%的手续费,B公司认为这是其收取客户的,属本公司所有,不属项目收入。证据五、B公司提供的没收客户订金的传真件。本院在对上述证据质证时,B公司认为,上述在原诉讼中未经质证,对本案无证明效力、且A公司的诉请已过诉讼时效,丧失胜诉权。O认为,上述证据与己无关。

本案审理中,A公司除提供了原(1995)沪中民初字第160号案审理期间B公司递交的上述材料之外,还提供了截止1995年3月15日B公司出具给S公司的佣金收条计4,774,300美元,及B公司收取109单位的发票和收取0.5%手续费的发票。

上述事实有《冠浦花园代销合同》、《合作协议》、《分楼协议》、“冠浦花园109套单位基价溢价计算表”、“A资金责任表”、“冠浦花园项目收支表”及(1995)沪中民初字第160号民事判决书、(1997)沪高民终字第161号民事判决书和(2001)沪高民监字第104号驳回再审申请通知书等证据证实。

本院认为,合同是当事人之间设立、变更、终止民事关系的协议。依法成立的合同,受法律保护。被告B公司与O所订的《合作协议》及B公司、C与A公司所订的《分楼协议》合法有效,依法应受法律保护。B公司、C辩称的诉讼时效一节,因上海市高级人民法院在2001年10月25日对A公司的再审申请予以驳回的同时,仍认定双方对销售房屋所得利润,可通过另案主张。A公司于2003年10月20日对本案提出起诉,应认定其诉讼尚在法定的二年诉讼时效之内。根据B公司在(1995)沪中民初字第160号案审理期间递交的“冠浦花园109套单位基价溢价计算表”、“A资金责任表”、“冠浦花园项目收支表”等证据,应认定109套房屋的出售楼价为16,437,154.86美元,应付基价为12,566,903.33美元,销售上述房屋的支出为1,274,343.72美元。出售楼价扣除应付基价及支出并乘以A公司按约应得的20%利润为519,181.56美元,该519,181.56美元为A公司应得的109套房屋的销售利润。A公司诉请的经纪佣金、手续费及没收的订金一节,因A公司与B公司、C之间无合同约定,

且A公司亦不能证实B公司、C已收取过上述费用, 本院对该项诉讼请求不予支持。A公司提出的N和B公司、C共同承担偿还责任, O承担连带责任的诉请, 因N、O均不是与A公司的合同相对方, 故本院对A公司的该项诉讼请求亦不予支持。据此, 依照《中华人民共和国民事诉讼法》第八十五条之规定, 判决如下:

一、被告B有限公司、C应于本判决生效之日起十日内支付原告A有限公司美元 519, 181. 56元;

二、原告A有限公司的其余诉讼请求不予支持。

本案案件受理费人民币48, 908元, 由原告A有限公司负担 22, 009元, 被告B有限公司、C负担26, 899元。

如不服本判决, 可在判决书送达之日起十五日内, 向本院递交上诉状, 并按对方当事人的人数提出副本, 上诉于上海市高级人民法院。

审判长吴耀君

审判员李蕾

审判员王文耀

二零零四年五月二十五日

本文件与原本核对无异

书记员张蓓

书记员周晓璐²

² “República Popular da China

Segundo Tribunal Popular de Nível Médio do Município de Shanghai

Sentença no Processo Civil

Série: Hu Er Zhong Min Er (Min) Chu Zi (2003) n.º 120

Autora: Companhia A Limited (A 有限公司), com a sede no seguinte endereço: Rm XXX, XXX Tower XXX, Road XXX, Hong Kong;

Representante legal: G (XXX), gerente da companhia supra citada.

Mandatário: H (XXX), advogado do Escritório de Advogados I de Shanghai (上海市 I 律師事務所):

Mandatário: J (XXX), advogado do Escritório de Advogados J (上海市 J 律師事務所);

Ré: Companhia B Limited B 有限公司), com a sede no Unit XXX, XXX, XXXHouse, XXX Road, XXX, Hong Kong.

Responsável: C (XXX), directora.

Mandatário: K (XXX), advogado do Escritório de Advogados L de Shanghai (上海市 L 律師事務所) .

Mandatário: M (XXX), advogado do Escritório de Advogados L de Shanghai (上海市 L 律師事務所).

Ré: C (XXX) (com o nome anterior de C (XXX), de sexo feminino, nascida em 1 de Janeiro de 1959, da etnia Han, directora da companhia B Limited (B 有限公司), com residência no Unit XXX, Floor XXX, XXX Centre Podium, XXX Road, XXX, Hong Kong.

Mandatário: K (XXX), advogado do Escritório de Advogados L de Shanghai (上海市 L 律師事務所).

Mandatário: M (XXX), advogado do Escritório de Advogados L de Shanghai (上海市 L 律師事務所).

Réu: N(XXX) (com o nome anterior de N,XXX), de sexo masculino, da etnia Han, com residência no Unit XXX, Floor XXX, XXX Centre Podium, XXX Road, XX, Hong Kong.

Mandatário: K (XXX), advogado do Escritório de Advogados L de Shanghai (上海市 L 律師事務所).

Mandatário: M (XXX), advogado do Escritório de Advogados L de Shanghai (上海市 L 律師事務所).

Réu: O (XXX), de sexo masculino, nascido em 19 de Junho de 1941, da etnia Han, com residência na XXX Road XXX, Section South, Taipei, Taiwan.

Mandatário: P(XXX) , advogado do Escritório de Advogados Q de Shanghai (上海市 Q 律師事務所).

Mandatário: R(XXX), advogado do Escritório de Advogados Q de Shanghai

(上海市 Q 律師事務所).

Admitida a acção litigiosa de incumprimento do contrato de exploração de negócios da indústria imobiliária instaurada pela autora, companhia **A Limited** (**A 有限公司**) (doravante referida como **A**) contra os RR, companhia **B Limited** (**B 有限公司**) (doravante referida como **B**), **C (XXX)**, **N (XXX)** e **O (XXX)**, o presente Tribunal formou o Tribunal Colectivo nos termos da lei e realizou a audiência aberta de julgamento em 5 de Março de 2004 com a comparência e a intervenção do mandatário da parte da autora **A**, **H (XXX)**, o mandatário da parte dos RR, **B**, **C (XX)** e **N (XXX)**, **K (XXX)** e o mandatário de **O (XXX)**, **R(XXX)**. O processo já tem sido concluído.

A autora **A** alegou que em Dezembro de 1992, a **B** assinou um Contrato de Venda de Fracções do Jardim Guanpu (冠浦花園) com a Companhia de Fomento Imobiliário **S** de Shanghai (上海 **S** 房地產有限公司)(doravante referida como companhia **S**), parte não envolvida no caso *sub judice*, pelo contrato, a **B** se responsabilizava pela venda de imóveis sítos na Rua XXX de Shanghai desenvolvidos pela companhia **S**. Depois, a **B** assinou um Contrato de Parceria com **O (XXX)**, pelo qual, ambas as partes iam manter parceria na venda de imóveis do Jardim Guanpu (冠浦花園) (acordando ainda em dividir os lucros obtidos na venda desses imóveis na seguinte percentagem: a **B** recebe 40% dos lucros líquidos e **O (XXX)**, 60%) . Posteriormente, a **B** assinou um contrato de Venda de Imóveis do Jardim Guanpu (冠浦花園) com a **A**, ambos acordando que os lucros obtidos pela **B** seriam divididos por metade com a **A**. Até Maio de 1994, foram vendidas, num total, 109 fracções do

Jardim Guanpu (冠浦花園). Em 22 de Maio do mesmo ano, devido a menos procura no mercado imobiliário, a **A** assinou um acordo de Separação de Imóveis com a **B** e **C**, pelo acordo, todas as partes confirmaram 20% dos direitos e interesses da **A** no projecto de venda de imóveis do Jardim Guanpu (冠浦花園) (isto é, metade dos direitos e interesses ocupados pela **B**), ao mesmo tempo, acordando, segundo a divisão dos lucros obtidos em percentagem, que o ónus e os direitos e interesses de 18 fracções ainda não vendidas do Jardim Guanpu (冠浦花園) ficavam com a **A** quem assumia a responsabilidade pecuniária calculada segundo a percentagem prevista, acordando ainda em liquidar as contas correntes anteriores à assinatura do contrato supra citado num prazo de 14 dias. Para tal efeito, a **B** encaminhou à **A** um balanço de contas sem ter feito auditoria. Como a **A** apresentou objecção quanto ao balanço apresentado, ambas as partes entraram em litígio, com o que foi cancelada a divisão dos lucros obtidos na venda já feita de 109 fracções. Mais tarde, devido ao facto de a **B** ter vendido fracções cuja venda foi prevista pelo acordo acima referido para a **A**, as duas empresas entraram numa acção litigiosa. A **A** pugnou pelos lucros na venda das 109 fracções que devia obter, segundo a percentagem para, como contrapartida, compensar a responsabilidade pecuniária das 18 fracções e adquirir tais fracções, porém, o pedido não foi admitido pelo Tribunal na segunda instância. Como o problema do montante dos lucros que a **A** devia obter na venda de 109 fracções estabelecida no “Acordo de Separação de Imóveis” encontrava-se pendente sem solução, a **A** intentou a acção ao tribunal, pedindo condenar **B**, **C** (XXX) e **N** (XXX) (Pois, como marido de **C**, **N** devia assumir dívidas durante a constância do casamento) a pagar à **A**, como lucros de mora, um montante de US\$940,692.79 (dos quais, US\$699.991,29, valor de prémio e comissão, descontando as despesas;

US\$165.830,16, valor do direito de corretagem; US\$41.457,54, valor de despesas emolumentares e US\$33.413,80, valor de sinal já confiscado), equivalendo-se a 7.779.529,37 renminbis (à taxa de câmbio de 1 dólar a 8.27 renminbis); e condenar **O** (XXX) a assumir a responsabilidade solidária.

Os RR, a **B**, **C** (XXX) e **N** (XXX) contra-alegaram que a **A** não tinha pugnado, nunca, pelos seus direitos de interesses na divisão dos lucros obtidos na venda de 109 fracções do Jardim Guanpu (冠浦花園), no caso *sub judice*, por isso, a acção instaurada é extemporânea, de modo a perder o direito de vencer na acção. Além disso, a divisão dos lucros pretendida pela autora também carece de fundamentos, por isso, os RR pediram não dar provimento ao pedido da **A**.

O Réu **O** (XXX) contra-alegou que não tem nenhuma relação tanto de direito como de facto com a acção instaurada pela **A**, pedindo, por isso, absolvê-lo do pedido da autora.

Admitida e apreciada a acção, este Tribunal entendeu que em 23 de Dezembro de 1992, a **B** assinou um Contrato de Venda de Fracções do Jardim Guanpu (冠浦花園) com a companhia de Indústria Imobiliária **S** (上海 **S** 房地產有限公司), parte não envolvida no caso *sub judice*, pelo contrato, a **B** se responsabilizava pela venda de imóveis sites na Rua Xilingjiazai de Shanghai desenvolvidos pela companhia **S**, para isso, a **B** devia pagar um sinal para a venda, ao mesmo tempo, o contrato ainda estabeleceu que as fracções não vendidas no prazo fixado seriam adquiridas pela **B**,

cujo pagamento poderia ser feito com o valor do sinal.

Depois de assinatura do contrato supra citado, a **B** assinou um Contrato de Parceria com **O** (XXX), pelo qual, acordando, entre outros termos estabelecidos, que o respectivo sinal contratual entre a **B** e a **S** será pago por **O** (XXX) e serão divididos os lucros líquidos (descontadas todas as despesas) a serem obtidos na venda desses imóveis na seguinte percentagem: **O** (XXX) recebe 60% e a **B**, 40%, enquanto a taxa de comissão na venda de fracções foi fixada em 2%.

Mais tarde, a **B** combinou vender fracções do Jardim Guanpu (冠浦花園) junto com a **A**, acordando que os lucros obtidos pela **B** serão divididos pela metade entre as duas companhias. Até Maio de 1994, foram vendidas, num total, 109 fracções do Jardim Guanpu (冠浦花園).

Em 22 de Maio de 1994, a **A** assinou um Acordo de Separação de Imóveis com a **B** e **C**, pelo acordo, todas as partes confirmaram que a **A** terá 20% dos direitos e interesses no projecto de venda de imóveis do Jardim Guanpu (冠浦花園) (isto é, metade dos 40% dos direitos e interesses ocupados pela **B**), para o qual, a **B** e **C** emitiram a respectiva declaração por escrito. Para tal efeito, procedeu-se à separação de imóveis, quer dizer, couberam à **A** o ónus de venda e interesses e direitos das 18 fracções do Jardim Guanpu(冠浦花園) (numa área de construção calculada em 1,751.07m², enquanto a **A** assumia responsabilidade pecuniária segundo a percentagem prefixada. Segundo o acordo, caso a **A** assume a responsabilidade

pecuniária segundo a percentagem prefixada, pertencem à **A** todo o ganho na venda das respectivas fracções ou de aluguel e qualquer outro rendimento no caso de não conseguir vender tais fracções. Sem mais outras responsabilidades. Mesmo com a repartição do prémio, a **A** ainda pode ganhar 20% da sua quota, ao mesmo tempo, a **B** e **C** devem ajudar a **A** a adquirir os lucros lhe pertencentes. O Acordo de Separação de Imóveis começou a produzir os efeitos em 18 de Maio de 1994. O acordo ainda estipula que as contas correntes em exercício terminam na data de assinatura do acordo que devem ser apuradas num prazo de 14 dias a contar também da data de assinatura do acordo. O acordo também previu outros termos. Depois disso, a **B** apresentou um balanço da conta à **A**, porém, a última objectou tal balanço por não ter feito a auditoria e por as despesas e as receitas não estarem fundamentadas. Com isso, ambas as partes entraram em litígio, enquanto a divisão dos lucros obtidos na venda das 109 fracções ficou pendente.

Em Junho de 1995, devido ao facto de não ter obtido os direitos e os interesses a respeito das 18 fracções previstos pelo “Acordo de Separação de Imóveis”, a **A** intentou uma acção ao Tribunal Popular de Nível Médio do Município de Shanghai, pedindo que seja julgada que a responsabilidade pecuniária sobre as 18 fracções seja compensada pelos lucros lhe pertencentes na venda de 109 fracções e ainda, 8 das 18 fracções sejam adquiridas pela **A**, para isso, pedindo a condenação da **B** e **C** a pagar à **A** com as 8 fracções supra citadas. No decurso processual, foi acrescentado **O** (XXX) como terceira parte no caso. Tendo apreciado o caso, este Tribunal entendeu que o compromisso sobre a responsabilidade pecuniária não se encontra muito explícita entre a **A** e a **B**, enquanto a repartição dos lucros da venda de

109 fracções pode ser resolvida por outro meio, nesta situação, o Tribunal proferiu em 28 de Junho de 1997 a sentença no processo civil n.º 160 da série Hu Zhong Min Chu Zi (1995), condenando a **B**, **C** e **O** a entregar as 8 fracções em no caso *sub judice* à **A**, ao mesmo tempo, a **B** reembolsa o montante do preço das 8 fracções a **O**. Inconformados com a sentença, a **B**, **C** e **O** interpuseram o recurso para o Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai. Admitida e apreciada o caso, o Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai entendeu que carece de fundamentos a impugnação sustentada pela **A** que pediu absolvê-la da responsabilidade pecuniária assumida em conformidade com o Acordo de Separação de Imóveis com a razão de não apuramento e repartição dos lucros obtidos na venda de 109 fracções. Quanto à repartição dos lucros, as duas partes podem encontrar outros meios para a solução, ao mesmo tempo, foi por boa fé que **O** adquiriu respectivas fracções. Deste modo, o Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai proferiu, em 9 de Julho de 1999, a sentença no processo civil n.º 161 da Série Hu Gao Min Zhong Zi (1997), anulando a sentença recorrida do Tribunal *a quo*, rejeitando os pedidos da **A**. Depois de a sentença ter produzido os efeitos, a **A** apresentou o requerimento da revisão do processo ao Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai. No entanto, o Tribunal Popular Superior de Shanghai emitiu, em 25 de Outubro de 2001, um despacho n.º 104 da Série Hu Gao Min Jian Zi (2001), rejeitando o pedido da revisão, mantendo a sentença alterada na segunda instância. A respeito da repartição dos lucros na venda das fracções, ambas as partes podem encontrar outros meios para a solução.

Em 20 de Outubro de 2003, inconformada, a **A** instaurou nova acção, com

os pedidos anteriormente referidos. Na fase de apreciação do caso *sub judice*, a **A** apresentou a este Tribunal as seguintes provas documentais sobre os lucros obtidos na venda de 109 fracções, comissões e despesas emolumentares da **B** e **C**, os RR do processo civil n.º 160 da Série Hu Zhong Min Chu Zi (1995).

Prova n.º 1: O item D da “Tabela do Prémio e do Preço Básico das 109 Fracções do Jardim Guanpu(冠浦花園)” apresentado pela **B** em 1 de Julho de 1996, pelo que se constatou que o preço global contratual das 109 fracções é de US\$16.437.154,86, do qual, deve pagar à companhia **S** o valor de US\$12.566.903,33.

Prova n.º 2: A “Tabela de Responsabilidade Pecuniária da **A**” apresentada pela **B** em 29 de Agosto de 1995, pelo que se constatou que as despesas da **B** totalizam US\$1.247.343,72 (segundo o balanço das contas feito pelo Escritório de Contabilidade T (XXX) sem auditoria) · e a “Tabela de Receitas e Despesas do Projecto do Jardim Gunanpu (冠浦花園)” em relação com o item D supra citado no período entre dia primeiro de Agosto de 1992 e dia 18 de Maio de 1994, pelo que se constatou que as despesas totalizam HKD\$9.850.677,00 (equivalentes a US\$1.274.343,72), além dos autos da inquirição feita em 7 de Março de 1996 no processo n.º 160 da Série Hu Zhong Min Chu Zi (1995), nos quais, a **B** confirmou as despesas no valor total de mais de HKD\$9,85 milhões.

Prova n.º 3: Compromisso feito em 8 de Junho de 1993 sobre a comissão cobrada no projecto de venda do Jardim Jinlong (金龍花園), *projecto não envolvido no caso sub judice*, entre **O**, **C**, a **A** e a **B** na taxa de 2% sobre o preço de venda.

Prova n.º 4: Autos de inquirição feita em 7 de Março de 1996 no processo n.º

160 da Série Hu Zhong Min Chu Zi (1995), pelos quais se constatou que as despesas emolumentares cobradas foi de 0,5% sobre o preço de venda. A **B** entendeu que tais valores pertencem à **B**, pois foram cobradas de seus clientes, em vez de ser incluídos no projecto do caso *sub judice*.

Prova n.º 5: Documentos mandados pelo Fax apresentados pela **B** sobre o confisco de sinais dos clientes. No decurso da apreciação desses documentos, a **B** alegou que como não tinham sido provados no Tribunal *a quo*, tais documentos não têm efeitos probatórios no presente processo, além de a acção instaurada pela **A** ser extemporânea, perdendo assim o direito de vencer. Por outro lado, **O** entendeu que as provas supra citadas não tem nenhuma relação com ele.

No conhecimento e apreciação do caso, além de apresentar as provas supra citadas anteriormente apresentadas pela **B** no decurso da apreciação do processo n.º 160 da Série Hu Zhong Min Chu Zi (1995), a **A** ainda apresentou os recibos da comissão emitidos pela **B** à **S** até dia 15 de Março de 1995, num total de US\$4.774.300,00, e as facturas dos valores de venda de 109 fracções e a factura de despesas emolumentares de 0,5% sobre o preço de venda cobradas pela **A**.

Os factos supra citados estão sendo provados com os documentos: “Contrato de Venda de Fracções do Jardim Guanpu (冠浦花園), “Contrato de Parceria”, “Acordo de Separação de Imóveis”, “Tabela do Prémio e do Preço Básico das 109 Fracções do Jardim Guanpu (冠浦花園)”, “Tabela de Responsabilidade Pecuniária da **A**”, “Tabela de Receitas e Despesas do Projecto do Jardim Guanpu (冠

浦花園)”, a sentença do processo n.º 160 da Série Hu Zhong Min Chu Zi (1995), a sentença do processo civil n.º 161 da Série Hu Gao Min Zhong Zi (1997) e o despacho n.º 104 da Série Hu Gao Min Jian Zi emitido em 25 de Outubro de 2001 que rejeitou o pedido de revisão do caso.

Nestes termos, o presente Tribunal entendeu que o contrato é o acordo das partes interessadas para constituir, regular ou extinguir entre elas uma relação jurídica civil. O acordo constituído nos termos da lei é protegido pela lei. O Contrato de Parceria entre a **B** e **O**, o Acordo de Separação de Imóveis entre a **B**, **C** e a **A** são acordos legítimos e vigentes, sendo por isso protegidos pela lei. A respeito da alegação da **B** e **C** de a acção instaurada pela **A** ser extemporânea, o Tribunal Popular Superior de Shanghai confirmou que a repartição dos lucros obtidos na venda das fracções do caso pode ser resolvida por outros meios e rejeitou o pedido da **A** para a revisão do caso, em 25 de Outubro de 2003. Por isso, deve-se considerar que a acção instaurada pela **A** em 20 de Outubro de 2003 ainda no prazo processual no período de 2 anos. Em conformidade com as provas apresentadas no decurso do processo n.º 160 da Série Hu Zhong Min Chu Zi (1995) como a “Tabela do Prémio e do Preço Básico das 109 Fracções do Jardim Guanpu (冠浦花園)”, “Tabela de Responsabilidade Pecuniária da **A**” e “Tabela de Receitas e Despesas do Projecto do Jardim Guanpu (冠浦花園)”, deve-se provar que o preço global de venda de 109 fracções é de US\$16.437.154,86, do qual, deve pagar à companhia **S** o preço básico no valor de US\$12.566.903,33, além de despesas no valor de US\$1.274.343,72. Segundo o cálculo, o valor de lucros da venda desses imóveis que devia pertencer à **A** na venda de 109 fracções é de US\$519.181,56 = [US\$16.437.154,86 - US\$12.566.903,33 - US\$1.274.343,72]

x 20%. O Tribunal não deu provimento a outros pedidos da **A** sobre os valores de corretagem, despesas emolumentares e sinais confiscados, pois não foram assinados acordos ou contratos sobre tais matérias, nem a **A** conseguiu mostrar provas de a **B** e **C** terem cobrado tais valores. A respeito do pedido da **A** de que **N** (XXX) deve assumir a responsabilidade junto com a **A** e **C** e de que **O** (XXX) deve assumir a responsabilidade solidária, o Tribunal não deu provimento por que **N** (XXX) e **O** (XXX) não são partes contratuais com a **A**. Pelo exposto e ao abrigo do artigo 85º do “Princípios Gerais da Lei Civil da República Popular da China” (General Principles of The Civil Law of The People's Republic of China), neste Tribunal, acordam em julgar:

1. As RR, **B** e **C**, a pagar, dentro de 10 dias, a contar da data da produção dos efeitos da sentença, o montante de US\$519.181,56, à **A**;

2. Não dar provimento aos outros pedidos requeridos pela **A**.

As custas processuais num total de 48.908,00 renminbis, 22.009,00 renminbis pela autora, **A**, e o resto de 26.899,00 pelas RR. **B** e **C**.

Se estiverem inconformadas, as partes interessadas poderão interpor o recurso da presente sentença, ao Tribunal Popular Superior de Shanghai, entregando a motivação do recurso ao presente Tribunal no prazo de 30 dias, a contar da data em que for notificada a presente sentença, junto com as cópias atendendo à necessidade do número de pessoas interessadas da parte adversária.

Juíz-Presidente: Wu Yaojun (吳耀君)

Juíz: Li Lei (李蕾)

2. A sentença proferida pelo Segundo Tribunal Popular de Nível Médio do Município de Shanghai no processo civil n.º 120 da Série Hu Er Zhong Min Er (Min) Chu Zi (2003) (Data: 25 de Maio de 2004) foi certificada nos seguintes termos:

公証證明書

致各界有關人士:本人,U,中華人民共和國香港特別行政區國際公証人,現証明以下事項

茲証明隨附的上海市第二中級人民法院(2003)滬二中民二(民)初字第120號「民事判決書」(日期:2004年5月25日)之複印本與該文件原本相符,其原本無可疑之處。

本公証人

于二零零六年九月十八日

以至誠簽署及加蓋印鑒

Juíz: Wang Wenyao (王文耀)

Aos 25 de Maio de 2004

Conferido, o documento está conforme com o original.

Escrivã: Zhang Pei (張蓓)

Escrivã: Zhou Xiaolu (周曉璐)”

U

香港特別行政區律師及國際公証員 Solicitor & Notary Public

V 律師事務所 Messrs.V

香港中環 XXX 道 XXX 號 XXX 大廈 XXX 樓 XXX 室至 XXX 室

Rms. XXX, XXX Floor, XXX House, XXX

Road, XXX, Hong Kong³

³ **“Certidão de Autenticação**

Certifico, eu próprio, U, notário público da Região Administrativa Especial de Hong Kong, abaixo assinado, para os devidos efeitos, que:

A fotocópia da sentença proferida pelo Segundo Tribunal Popular de Nível Médio do Município de Shanghai no processo civil n.º 120 da Série Hu Er Zhong Min Er (Min) Chu Zi (2003) (Data: 25 de Maio de 2004) está conforme com o original sem nenhuma objecção sobre sua autenticidade.

Aos 18 de Setembro de 2006

Notário público

Com assinatura e aposição do carimbo

U

(Ass. – Vide o original)

3. É do seguinte teor a Sentença no Processo Civil, Série: Hu Gao Min Yi (Min) Zhong Zi (2004) n.º 95, do Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai:

上海市高级人民法院

民事判决书

(2004)沪高民一(民)终字第95号

上诉人(原审被告)B有限公司(B LIMITED),住所地香港特别行政区XXX湾XXX道XXX号XXX大楼XXX大厦XXX字楼XXX室。诉讼文书送达地址香港特别行政区XXX湾XXX广场 XXX TownXXX室。

负责人C, 董事。

委托代理人W, 上海市X律师事务所律师。

被上诉人(原审原告)A有限公司(A LIMITED),住所地香港特别行政区XXX环XXX道中XXX号XXX大厦XXX楼XXX室。

Solicitor & Notary Public

Região Administrativa Especial de Hong Kong

Escritório de Advogados: Messrs, V

Rms. XXX, XXX Floor, XXX House, XXX

Road, XXX, Hong Kong”

法定代表人Y:经理。

委托代理人H,上海市I律师事务所律师。

委托代理人J,上海市J律师事务所律师。

原审被告C(原名C),女,1959年1月1日出生,汉族,住香港特别行政区XXX湾XXX广场 XXX Town XXX室。

原审被告N(原名N),男,1954年12月1日出生,汉族,住香港特别行政区XXX湾XXX广场 XXX Town XXX室。

以上两位原审被告的委托代理人W,上海市X律师事务所 务所律师。

原审被告O,男,1941年6月19日出生,汉族,住台湾省台北市XXX路XXX段XXX号。

委托代理人P,上海市R律师事务所律师。

上诉人B有限公司(以下简称B公司)因房地产经营合同纠纷一案,不服上海市第二中级人民法院(2003)沪二中民二(民)初字第120号民事判决,向本院提出上诉。本院受理后,依法组成合议庭公开开庭进行了审理。上诉人B公司的负责人C、委托代理人W,被上诉人A有限公司(以下简称A公司)的委托代理人H、J,原审被告C、委托代理人W,原审被告N的委托代理人W,原审被告O的委托代理人P到庭参加诉讼。本案现已审理终结。

一审法院经审理查明,1992年12月23日,B公司与案外人上海S房地产有限公司(以下简称S公司)签订《冠浦花园代 销合同》,合同约定由B公司代销S公司开发的座落于上海市西凌家宅路的冠浦花园房屋,B公司应支付代销保证金,规定期限内未售出的房屋,由B公司购入,价款可以保证金支付。

代销合同签订后, B公司又与O签订《合作协议》一份, 协议约定, B公司与方困公司所签合同约定的有关保证金由O负责提供, 按《合作协议》计划所得的利润, 扣除一切的支出及保证金后, O得60%, B公司得40%, 该房屋出售时, 经纪佣金以最高2%计算。协议另约定了其他内容。

嗣后, B公司又与A公司商定共同销售冠浦花园房屋, B公司的可得利润由双方各半分享。至1994年5月, 冠浦花园房屋共售出109个单位。

1994年5月22日, A公司与B公司、C等签订《分楼协议》一份, 协议约定, A公司于上海冠浦花园代销计划内的20%权益(即B公司所占40%权益中的一半), B公司及C予以确认, 并出具书面证明。同时实行分楼办法, 即将冠浦花园18单位(暂算建筑面积1,751.07平方米)的销售责任及权益分配予A公司。而A公司亦会承担其按比例计算的资金责任。A公司在销售其名下单位所得的楼价款或在未出售情况下所收的租金或其他收益, 在满足其按比例需承担的资金责任后, 全属A公司所有。A公司无须承担其他责任。在有溢价摊分的情况下, A公司亦可分得其应得的20%。B公司及C应协助A公司取得其应得利润。此《分楼协议》于1994年5月18日生效并起计。双方的往来帐目, 以本协议签署日期为截数日, 于14天内相互核算清楚。协议另约定了其他事项。此后, B公司提交了一份帐目给A公司, A公司以该帐目未经稽核, 所列收支不实等为由, 表示不予认可。双方为此发生争执, 已售出的109个单位房屋的销售利润也未予分配。

1995年6月, A公司因《分楼协议》所约定的18套房屋中的有关权益未能获得, 向原上海市中级人民法院起诉, 要求将109套房屋中自己应分得的利润充抵其承担的18套房屋的资金责任, 并取得其中的8套房屋, 故请求判令B公司、C等将8套房屋支付给A公司, 诉讼中法

院追加了O等为该案的第三人。原中级法院审理后认为,A公司与B公司对资金责任的约定不够明确,而对已售的109套单位的房屋利润等双方可另行处理,遂于1997年6月28日作出(1995)沪中民初字第160号民事判决,判令B公司、C、O等将系争的8套房屋交与A公司,B公司返还O等8套房屋的价款。判决后,B公司、C、O等不服,向上海市高级人民法院提出上诉。上海市高级人民法院审理后认为,A公司以已售的109套房屋的销售利润未予结清之前,不需承担《分楼协议》的约定承担房屋的资金责任,缺乏依据。至于双方销售利润的分配,可另案主张,O等人取得的房屋也系善意取得。遂于1999年7月9日,作出(1997)沪高民终字第161号民事判决,撤销了原审判决,对A公司的诉讼请求不予支持。判决生效后,A公司又向上海市高级人民法院提出再审申请。上海市高级人民法院于2001年10月25日作出(2001)沪高民监字第104号驳回再审申请通知书,认定原二审改判正确。关于双方销售房屋所得的利润分配,可通过另案主张。2003年10月20日,A公司再次提出起诉,要求判令B公司、C、N(因N系C丈夫,其应承担婚姻期间的债务)向A公司支付拖欠的利润美金940,692.79元,(其中溢金佣金减去开支计699,991.29美元;经纪佣金165,830.16美元;手续费41,457.54美元;没收的订金33,413.80美元)折算成人民币为7,779,529.37元(按1:8.27的汇率);判令O承担相应的连带责任。B公司、C、N共同辩称,A公司从未就本案系争的冠浦花园已销售的109套房屋的销售利润主张过权利,已超过我国法律规定的诉讼时效,丧失胜诉权。且所谓的利润分配亦缺乏依据,故要求对A公司的诉讼请求不予支持。O辩称,已与A公司的诉讼请求无任何法律上和事实上的联系,故要求驳回A公司对自己的诉讼请求。

一审法院认为,合同是当事人之间设立、变更、终止民事关系的协议。依法成立的合同,受法律保护。B公司与O所订的《合作协议》及B公司、C与A公司所订的《分楼协议》合法有效,依法应受法律保护。B公司、C辩称的诉讼时效一节,因上海市高级人民法院在2001年10月25日对A公司的再审申请予以驳回的同时,仍认定双方对销售房屋所得利润,可通

过另案主张。A公司于2003年10月20日对本案提出起诉,应认定其诉讼尚在法定的二年诉讼时效之内。根据B公司在(1995)沪中民初字第160号案审理期间递交的“冠浦花园109套单位基价溢价计算表”、“A资金责任表”和“冠浦花园项目收支表”等证据,应认定109套房屋的出售楼价为16,437,154.86美元,应付基价为12,566,903.33美元,销售上述房屋的支出为1,374,343.72美元。出售楼价扣除应付基价及支出并乘以A公司按约应得的20%利润为519,181.56美元,该519,181.56美元为A公司应得的109套房屋的销售利润。A公司诉请的经纪佣金、手续费及没收的订金一节,因A公司与B公司、C之间无合同约定,且A公司亦不能证实B公司、C已收取过上述费用,故对该项诉讼请求不予支持。A公司提出的N和B公司、C共同承担偿还责任,O承担连带责任的诉请,因N、O均不是与A公司的合同相对方,故对A公司的该项诉讼请求亦不予支持。据此,一审法院依照《中华人民共和国民事诉讼法》第八十五条之规定,于2004年5月25日作出如下判决:一、B有限公司、C应于判决生效之日起十日内支付A有限公司美元519,181.56元;二、A有限公司的其余诉讼请求不予支持。案件受理费人民币48,908元,由A有限公司负担22,009元,B有限公司、C负担26,899元。

一审判决后B公司提出上诉,要求撤销一审判决,改判驳回被上诉人的一审诉讼请求。B公司认为一审法院仅仅对109套房屋有关的溢价进行判决缺乏合同和法律依据。A公司的20%权益是对整个冠浦花园的代销计划,而非针对109套已售房屋。即使是109套房屋的溢价,一审法院错误地采信了上诉人在另案中的证据,同时也未扣除A公司已经取得的部分溢价款。一审法院的判决在事实、证据、法律依据上均不充分。

被上诉人A公司辩称:1994年5月22日几方签订了相关的协议,将原来共同销售的物业进行了分割。109套房屋按20%的权益分配给被上诉人,在此以后的剩余房屋按实际分到的楼盘各自承担销售,故共应得到109套房屋的溢价款的主张是有合同依据和法律依据的。请

求驳回上诉。

原审被告C诉称,根据1994年5月22日分楼协议的约定,其是协助A公司获得相关利益的责任,而不是给付责任。上述协议实际上是公司权益的分割,在有溢价可分时,向A公司承担支付责任的应是B公司而不是B公司的股东C。一审法院判决C承担支付义务没有事实和法律依据。

原审被告N同意一审法院对其不承担责任的认定和判决

原审被告O表示同意一审法院查明的事实。

B公司为支持其上诉主张,新提供了以下证据:1、证据一一组12页,说明 8E、15C、25C 房屋的溢价未收款为103,211.96美元;2、证据二一组,说明 11C、11D 房屋由O购买,B公司无溢价;3、证据三、四两组,说明属109套售楼费用共计支出2,029,648.28 美元而非一审认定的1,27434,43.72美元;4、证据五一组3页,说明A公司已提走76,200美元的溢价;5、证据六说明A公司已提走其自行销售的9个单位的溢价计289,689.77美元。以上证据说明一审在计算109套利润时未扣除上述款项存在错误。

A公司对上述证据的质证意见为,因为上诉人提供的证据均形成于1995年,上诉人与S公司的最终结算是1997年,也就是上诉人于1997年已经知道房屋销售的溢价,而上诉人在一审中从未提出相关证据。上诉人现在提出的证据不属新证据,已经超过举证期限。但在法院未最终认定证据的性质之前,对上诉人的证据仍发表质证意见。1、涉及 8E、15C、25C 房屋,于1994年5月之前双方对109套房屋已经结算完毕,现在的证据材料均是1995年的,且没有相关的材料,致无法确认。2、11C、11D 房屋,在一审中提供的购房发票表明购买人非O。上诉人与O之间就系争房屋另有合同关系,B公司单方放弃溢价与A公司无关。3、关于销售费用,在1994年5月协议中明确约定14日内双方结算。B公司提供的费用未经

己方确认,除“A资金责任表”中列明的1,274,343.72美元外,其余不予确认。4、对上诉人提供的有关其已提走约76,200美元的原件无法确认,且未提供相关支付凭证,事实上A公司从未提取过溢价。5、9套房屋的溢价不属争议的109套房屋内,与本案无关。

其他当事人对证据不发表意见。

本院对上述证据的认证意见:证据一、二反映了B公司积极交涉上述房屋溢价的当时情况,S公司的函件又印证了上述房屋部分溢价B公司确实未收取。另外,根据一审法院认定的证据即A公司已确认的“冠浦花园109套单位基价溢价计算表”,该证据全面、真实地反映出“B应收未收103,290.26”“不属B溢价39,872.4”的内容,与上述证据一、二相一致。故本院认为,根据94年5月22日的协议,A公司获得利润的前提是有溢价存在,上诉人要求将上述两笔未收取的溢价在B公司的总溢价中予以扣除后再与A公司分享符合约定精神。

关于销售费用,由于双方的协议签订于1994年5月,并约定双方的往来帐目以签署日为截数日,于14日内结算,故上诉人现在提出证据与约定不符,况且上述证据形成于一审诉讼之前,不符合新证据的要件,本院不能采信。A公司根据《A资金责任表》自认销售支出1,274,343.72美元是对自己权利的行使,可以认定。故销售费用一节维持原审的认定。

A公司已经提走之溢价,B公司针对一审法院对其诉讼时效的抗辩未予采纳,故在二审举证期间内提出了A公司已经提取部分溢价的证据。A公司虽然对该证据的真实性持异议,但未提供相反证据予以说明,故本院认定A公司致S公司确认收到港币587,572.89元(双方确认折合美元76,200元)函的真实性及证据的效力。在A公司应得溢价中予以扣减。另9套房屋的溢价因不属争议的109套房屋范围内,与本案无涉,不予认证。

综上,本院认为:B公司、C与A公司之间的协议是各方真实意思的表示,与法不悖,属有效协议,各方应予以遵守。A公司据此主张其应分得的销售房屋的溢价有事实的生,应予以支持。根据本院上述对证据的认定及一审查明的事实,应认定109套房屋的出售楼价为队

437, m. 86 美元, 应付S公司基价为12, 566, 903. 33 美元, 销售上述房屋的支出为1, 274, 343. 72美元, B公司应得未得销售房屋溢价103, 211. 26(B公司误写为103, 211. 96)及39, 872. 4美元, 故B公司所得109套房屋销售溢价为2, 452, 824. 15美元(16, 437, 154. 86 - 12, 566, 903. 33 - 1, 274, 343. 72 - 103, 211. 26 - 39, 872. 4), 根据约定A公司应得的利润为上述溢价的20%即490, 564. 83美元, 再扣除其已经提取部分, A公司最终获得利润应为414, 364. 83美元(490, 564. 83 - 76200); 在1994年5月22日的协议中C的责任并非如其抗辩所述为协助A公司获得相关利益的责任, 而是作为协议一方A公司承担责任, 从协议约定可以认定C的责任是与B公司的责任相同的支付责任, 况且C并未提出上诉请求, 故原审法院判决其共同承担责任并无不当。据此依据《中华人民共和国民事诉讼法》第一百五十三条第一款第(三)项之规定, 判决如下:

一、维持上海市第二中级人民法院(2003)沪二中民二(民)初字第120号民事判决第二项;

二、变更上海市第二中级人民法院(2003)沪二中民二(民)初字第120号民事判决第一项为:B有限公司、C应在本判决生效后十日内支付A有限公司414, 364. 83美元。

一审案件受理费按照一审判决执行; 二审案件受理费人民币48, 908元由B有限公司承担40, 000元, 由A有限公司承担8, 908元。

本判决为终审判决。

审判长蒋浩

审判员缪丹

代理审判员马红

二零零五年八月二十四日

本件与原本核对无异

书记员赵慧⁴

⁴ **“Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai
Sentença no Processo Civil**

Série: Hu Gao Min Yi (Min) Zhong Zi (2004) n.º 95

Recorrente (*Ré a quo*): Companhia **B** Limited (**B** 有限公司), com sede no Unit XXX, XXX, XXX House, XXX Road, XXX, Hong Kong, e o seguinte endereço para mandar documentos do processo: XXX Town XXX, XXX, Hong Kong.

Responsável: C (XXX), directora da empresa.

Mandatário: W (XXX), advogado do Escritório de Advogados X de Shanghai (上海市 X 律師事務所).

Recorrida (*Autora a quo*): **A** Limited (**A** 有限公司), com sede no seguinte endereço: Rm XXX, XXX Tower XXX, Road XXX, Hong Kong;

Representante legal: Y (XXX), gerente da empresa.

Mandatário: H(XXX), advogado do Escritório de Advogados I de Shanghai (上海市 I 律師事務所).

Mandatário: J (XXX), advogado do Escritório de Advogados J (上海市 J 律師事務所).

C (XXX)(nome anterior C (XXX)), *Ré a quo*, de sexo feminino, nascida em primeiro de Janeiro de 1959, da etnia Han, com a residência no XX Town XXX, XXX, Hong Kong.

N (XXX) (com o nome anterior de **N,XXX**), Réu *a quo*, de sexo masculino, nascido em primeiro de Dezembro de 1954, da etnia Han, com a residência no XXX Town XXX, XXX, Hong Kong.

Mandatário dos dois: W (XXX), advogado do Escritório de Advogados **X** de Shanghai (上海市 **X** 律師事務所).

O (XXX), Réu *a quo*, de sexo masculino, nascido em 19 de Junho de 1941, da etnia Han, com a residência na XXX Road XXX, Section XXX, Taipei, Taiwan.

Mandatário: P(XXX), advogado do Escritório de Advogados **Q** de Shanghai (上海市 **Q** 律師事務所).

Inconformada com a sentença proferida pelo Segundo Tribunal Popular de Nível Médio do Município de Shanghai no processo civil n.º 120 da Série Hu Er Zhong Min Er (Min) Chu Zi (2003), a recorrente, Companhia **B** Limited (**B** 有限公司) (doravante referida como **B**) interpôs o recurso ao presente Tribunal. Admitido o recurso, o presente Tribunal formou o Tribunal Colectivo nos termos da lei e realizou a audiência aberta de julgamento com a comparência e a intervenção da responsável da recorrente **B**, **C (XXX)**, seu mandatário **W (XXX)**; os mandatários da parte recorrida, **A** Limitada (**A** 有限公司) (doravante referida como **A**), **H (XXX)** e **J (XXX)**; a Ré *a quo*, **C (XXX)** e seu mandatário **W (XXX)**; o mandatário de **N (XXX)**, **W (XXX)**; e o mandatário de **O (XXX)**, **P(XXX)**. O processo já tem sido concluído.

Tendo apreciado o caso, o Tribunal de primeira instância deu como provado o facto de que a **B** assinou um Contrato de Venda de Fracções do Jardim Guanpu (冠浦花園) com a companhia de Indústria Imobiliária **S** (上海 **S** 房地產有限公司) (doravante referida como Companhia **S**), parte não envolvida no caso *sub judice*, pelo contrato, a **B** se responsabilizava pela venda de imóveis do Jardim Guanpu sites na Rua Xilingjiazai de Shanghai desenvolvidos pela companhia **S**, para isso, a **B** paga

um sinal para a venda, ao mesmo tempo, o contrato ainda estabeleceu que as fracções não vendidas serão adquiridas pela **B**, cujo pagamento poderá ser feito com o valor do sinal.

Depois de assinatura do contrato supra citado, a **B** assinou um Contrato de Parceria com **O** (XXX), pelo qual, acordando, entre outros termos estabelecidos, que o respectivo sinal contratual entre a **B** e a **S** será pago por **O** (XXX) e serão divididos os lucros líquidos (descontadas todas as despesas) a serem obtidos na venda desses imóveis na seguinte percentagem: **O** (XXX) recebe 60% e a **B** recebe 40%, enquanto a taxa de comissão na venda de fracções foi fixada em 2%.

Mais tarde, a **B** combinou vender fracções do Jardim Guanpu (冠浦花園) junto com a **A**, acordando que os lucros obtidos pela **B** serão divididos pela metade entre as duas companhias. Até Maio de 1994, foram vendidas, num total, 109 fracções do Jardim Guanpu (冠浦花園).

Em 22 de Maio de 1994, a **A** assinou um Acordo de Separação de Imóveis com a **B** e **C**, pelo acordo, todas as partes confirmaram que a **A** terá 20% dos direitos e interesses no projecto de venda de imóveis do Jardim Guanpu (冠浦花園) (isto é, metade dos 40% dos direitos e interesses ocupados pela **B**), para o qual, a **B** e **C** emitiram a respectiva declaração por escrito. Para tal efeito, procedeu-se à separação de imóveis, quer dizer, couberam à **A** o ónus de venda e os interesses e os direitos das 18 fracções do Jardim Guanpu (冠浦花園) (numa área de construção calculada em 1,751.07 m², ao mesmo tempo, a **A** assume responsabilidade pecuniária segundo a percentagem prefixada. Segundo o acordo, caso a **A** assume a responsabilidade pecuniária segundo a percentagem prefixada, pertencem à **A** todo o ganho na venda das fracções ou de aluguel e qualquer outro rendimento caso não consegue vender tais fracções. A **A** não assume outras responsabilidades. Mesmo com a repartição do prémio, a **A** ainda pode ganhar 20% da sua quota, enquanto a **B** e **C** devem ajudar a **A** a adquirir os lucros lhe pertencentes. O acordo de Separação de Imóveis começou a produzir os efeitos em 18 de Maio de 1994. O acordo ainda estipula que as contas correntes em exercício terminam na data de assinatura do acordo e devem fazer o

balanço num prazo de 14 dias a contar também da data de assinatura do acordo. O acordo também previu outros termos. Depois disso, a **B** apresentou um balanço da conta à **A**, porém, a **A** objectou tal balanço por não ter feito auditoria e por as despesas e as receitas não estarem fundamentadas. Com isso, ambas as partes entraram em litígio, enquanto a divisão dos lucros obtidos na venda das 109 fracções ficou pendente.

Em Junho de 1995, devido ao facto de não ter obtido os direitos e os interesses a respeito das 18 fracções previstos pelo “Acordo de Separação de Imóveis”, a **A** instaurou uma acção ao Tribunal Popular de Nível Médio do Município de Shanghai, pedindo que seja julgada que a responsabilidade pecuniária sobre as 18 fracções seja compensada pelos lucros lhe pertencentes na venda de 109 fracções e ainda, 8 das 18 fracções sejam adquiridas pela **A**, para isso, pedindo a condenação da **B** e **C** a pagar à **A** com as 8 fracções supra citadas. No decurso processual, foi acrescentado **O** (XXX) como terceira parte no caso. Tendo apreciado o caso, o Tribunal Popular de Nível Médio *a quo* entendeu que o compromisso sobre a responsabilidade pecuniária não se encontra muito explícita entre a **A** e a **B**, enquanto a repartição dos lucros da venda de 109 fracções pode ser resolvida por outro meio, por isso, esse Tribunal proferiu em 28 de Junho de 1997 a sentença no processo civil n.º 160 da Série Hu Zhong Min Chu Zi (1995), condenando a **B**, **C** e **O** a entregar as 8 fracções em causa *sub judice* à **A**, ao mesmo tempo, a **B** reembolsa o montante do preço das 8 fracções a **O**. Inconformados com a sentença, a **B**, **C** e **O** interpuseram o recurso para o Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai. Admitido e apreciado o caso, o Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai entendeu que carece de fundamentos a impugnação sustentada pela **A** que pediu absolvê-la da responsabilidade pecuniária assumida em conformidade com o Acordo de Separação de Imóveis com a razão de não apuramento e repartição dos lucros obtidos na venda de 109 fracções. Quanto à repartição dos lucros, as duas partes podem encontrar outros meios para a solução, ao mesmo tempo, foi por boa fé que **O** adquiriu respectivas fracções. Deste modo, o Tribunal Popular Superior do Município de

Shanghai proferiu, em 9 de Julho de 1999, a sentença no processo civil n.º 161 da Série Hu Gao Min Zhong Zi (1997), anulando a sentença recorrida do Tribunal *a quo*, rejeitando os pedidos da **A**. Depois de a sentença ter produzido os efeitos, a **A** apresentou o requerimento da revisão do processo ao Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai. No entanto, o Tribunal Popular Superior de Shanghai emitiu, em 25 de Outubro de 2001, o despacho n.º 104 da Série Hu Gao Min Jian Zi (2001), rejeitando o pedido da revisão do processo e mantendo a sentença alterada da segunda instância. A respeito da repartição dos lucros na venda das fracções, ambas as partes podem encontrar outros meios para a solução. Em 20 de Outubro de 2003, a **A** instaurou uma nova acção ao tribunal, pedindo condenar **B**, **C** (XXX) e **N** (XXX)(pois, como marido de **C**, **N** deve assumir dívidas durante a constância do casamento) a pagar à **A**, como lucros de mora, um montante de US\$940,692.79 (dos quais, US\$699.991,29, valor de prémio e comissão, descontando as despesas; US\$165.830,16, valor do direito de corretagem; US\$41.457,54, valor de despesas emolumentares e US\$33.413,80, valor de sinal já confiscado), equivalendo-se a 7.779.529,37 renminbis (à taxa de câmbio de 1 dólar a 8.27 renminbis); e condenar **O** (XXX) a assumir a responsabilidade solidária. **A**, **B**, **C** (XXX) e **N** (XXX) contra-alegaram que a **A** não tinha pugnado, nunca, seus direitos de interesses na divisão dos lucros obtidos na venda de 109 fracções do Jardim Guanpu (冠浦花園), no caso *sub judice*, por isso, a acção instaurada é extemporânea, de modo a perder o direito de vencer na acção. Além disso, sustentou que a divisão dos lucros pretendida pela autora também carece de fundamentos, por isso, pediram não dar provimento ao requerimento da **A**. Ao mesmo tempo, **O** (XXX) contra-alegou que ele não tem nenhuma relação tanto de direito como de facto com a acção instaurada pela **A**, pedindo, por isso, absolvê-lo do pedido apresentado pela **A**.

O Tribunal da primeira instância entendeu que o contrato é o acordo das partes interessadas para constituir, regular ou extinguir entre elas uma relação jurídica civil. O acordo constituído nos termos da lei é protegido pela lei. O Contrato

de Parceria entre a **B** e **O**, o Acordo de Separação de Imóveis entre a **B**, **C** e a **A** são acordos legítimos e vigentes, sendo por isso protegidos pela lei. A respeito da alegação da **B** e **C** de que a acção instaurada pela **A** é extemporânea, o Tribunal Popular Superior de Shanghai confirmou que a repartição dos lucros obtidos na venda das fracções do caso pode ser resolvida por outros meios, ao mesmo tempo, rejeitou o pedido da **A** para a revisão do caso, em 25 de Outubro de 2003. Por isso, deve-se considerar que a acção instaurada pela **A** em 20 de Outubro de 2003 ainda está no prazo processual no período de 2 anos. Em conformidade com as provas apresentadas no decurso do processo n.º 160 da Série Hu Zhong Min Chu Zi (1995), como a “Tabela do Prémio e do Preço Básico das 109 Fracções do Jardim Guanpu(冠浦花園)”, “Tabela de Responsabilidade Pecuniária da **A**” e “Tabela de Receitas e Despesas do Projecto do Jardim Guanpu (冠浦花園)”, deve-se provar que o preço global de venda de 109 fracções é de US\$16.437.154,86, do qual, deve pagar o preço básico no valor de US\$12.566.903,33, além das despesas no valor de US\$1.274.343,72. Segundo o cálculo, o valor de lucros da venda desses imóveis que deve pertencer à **A** na venda de 109 fracções é de US\$519.181,56 = [US\$16.437.154,86 - US\$12.566.903,33 - US\$1.274.343,72] x 20%. O Tribunal não deu provimento a outros pedidos da **A** sobre os valores de corretagem, despesas emolumentares e sinais confiscados, por não ter sido assinados acordos ou contratos sobre tais matérias entre a **A**, **B** e **C**, nem a **A** conseguiu mostrar provas de a **B** e **C** terem cobrado tais valores. A respeito do pedido da **A** de que **N** (XXX) deve assumir a responsabilidade junto com a **B** e **C** e de que **O** (XXX) deve assumir a responsabilidade solidária, o Tribunal não deu provimento por que **N** (XXX) e **O** (XXX) não são partes contratuais com a **A**. Ao abrigo do artigo 85º do “Princípios Gerais sobre a Lei Civil da República Popular da China, no Tribunal da primeira instância, acordaram em 25 de Maio de 2004 em julgar:

1. A **B** e **C**, a pagar, dentro de 10 dias, a contar da data da produção dos efeitos da sentença, o montante de US\$519.181,56, à **A**;

2. Não dar provimento aos outros pedidos requeridos pela **A**.

As custas processuais num total de 48.908,00 renminbis, 22.009,00 renminbis pela autora, **A**, e o resto de 26.899,00 pelas RR. **B** e **C**.

Inconformada com a decisão de primeira instância, a **B** interpôs o recurso, pedindo anular a sentença de primeira instância e alterar para rejeitar os pedidos dos recorridos. A **B** entendeu que carece de fundamentos contratuais e jurídicos a decisão proferida pelo Tribunal de primeira instância formada apenas com base no valor do prémio das 109 fracções. Por outro lado, 20% dos interesses e direitos que coube à **A** constituem uma quota de todo o projecto da venda do Jardim Guanpu (冠浦花園), em vez de apenas 109 fracções já vendidas. Mesmo essa percentagem sendo do valor do prémio de 109 fracções, o Tribunal de primeira instância também deu como provada, de maneira errada, a prova apresentada pelo recorrente no outro processo, além do mais, nem descontou parte do valor do prémio que a **A** já retirou. Por isso, a decisão de primeira instância está viciada de insuficiência de fundamentos de facto, prova e do direito.

Como a parte recorrida, a **A** contra-alegou que em 22 de Maio de 1994, foi assinado o acordo entre as partes interessadas, pelo que foram divididos os imóveis combinados para a venda comum. Segundo o acordo, 20% dos interesses e direitos das 109 fracções foram divididos para a **A** e depois disso, cada um assume sua responsabilidade de venda de fracções lhe repartidas, razão pela qual, a **A** está com fundamentos de acordo e de direito ao pugnar pelo ganho do valor do prémio das 109 fracções. Por isso, pediu rejeitar o pedido do recurso.

C, como parte recorrida na primeira instância, alegou que, segundo o Acordo de Separação de Imóveis assinado em 22 de Maio de 1994, ela assume a responsabilidade para ajudar a **A** a adquirir os interesses e direitos, em vez de assumir a responsabilidade de pagar. O acordo respectivo constitui uma acção de repartição dos interesses e direitos entre empresas, quer dizer, quando com valor de prémio, é a **B** quem deve ter a responsabilidade de pagar à **A**, em vez de ser **C**, apenas uma sócia da **B**. Por isso, ao julgar **C** a pagar à **A**, a decisão proferida na primeira instância está carecendo de fundamentos de facto e de direito.

N (XXX), como Réu na primeira instância, concordou com a decisão do Tribunal da primeira instância que o absolveu do pedido.

O (XXX), como Réu na primeira instância, também concordou com os factos apurados pelo Tribunal da primeira instância.

Para pugnar pela sua fundamentação, a **B** apresentou as seguintes provas:

1. Provas Serie 1^a, de 12 páginas, apresentam os motivos de valores de prémio não cobrados das fracções de 8E, 15C e 25C num montante de US\$103.211,96;
2. Provas Série 2^a, mostram que as fracções 11C e 11D foram adquiridas pelo **O** (XXX), por isso, a **B** não ganhou prémio;
3. Provas Séries 3^a e 4^a, mostram que as despesas feitas na venda de 109 fracções totalizam US\$2.029.648,28, em vez de US\$ 1.274.343,72;
4. Provas Série 5^a, 3 páginas, mostram que a **A** já retirou o prémio no valor de US\$76.200,00;
5. Provas Série 6^a, mostram que a **A** já retirou o prémio de 9 fracções vendidas pela **A** no valor de US\$289.689,77. As provas supra citadas mostram que a decisão proferida na primeira instância está eivada do erro de não ter descontado os valores atrás referidos ao calcular os lucros da venda de 109 fracções.

Quanto a provas supra citadas, a **A** refutou que as provas acima citadas foram constituídas em 1995, porém, o prazo do balanço da conta entre o recorrente e a companhia **S** foi em 1997, quer dizer, o recorrente já sabia, em 1997, o valor do prémio. Não obstante, o recorrente não apresentou tais provas na primeira instância. As provas apresentadas agora não são provas novas, além de ser apresentadas fora do prazo de prova. Porém, antes de o Tribunal fazer a qualificação da natureza das provas, a **A** alegou ainda em seguinte: 1. Quanto às provas a respeito das fracções de 8E, 15C e 25C, como tendo terminado a conta em Maio de 1994 sobre a venda de 109

fracções, as provas constituídas em 1995 e apresentadas agora não estão fundamentadas nem com elementos necessários. **2.** Quanto às provas a respeito das fracções de 11C e 11D, segundo as facturas de venda dessas fracções apresentadas na primeira instância, o comprador desses imóveis não foi **O** (XXX). Como a parte recorrente mantém relações contratuais com **O** (XXX) no caso *sub judice*, a desistência unilateral da **B** do valor de prémio desses imóveis não deve implicar a **A**. **3.** Quanto às despesas de venda, no acordo assinado em Maio de 1944, foi estabelecido explicitamente fazer o balanço da conta no prazo de 14 dias. No entanto, as despesas apresentadas pela **B** não foram confirmadas pela outra parte interessada, por isso, não deve ser provado qualquer outro valor com excepção do valor de US\$1.274.343,72 apresentada na “Tabela de Responsabilidade Pecuniária da **A**”. **4.** Quanto à prova apresentada pelo recorrente de que a **A** tem retirado o valor de US\$76.200,00, foi impossível conferir a autenticidade do documento original, além de não ter apresentado provas de tal pagamento. Na realidade, a **A** não tem retirado nenhum valor de prémio. **5.** O valor do prémio das 9 fracções não está incluído no valor do prémio de 109 fracções, por isso, não há nenhuma relação entre este valor e o caso *sub judice*.

Outras partes envolvidas não opinaram sobre as provas.

Sobre as provas contestadas, este Tribunal entende o seguinte: As provas Séries 1^a e 2^a mostram as circunstâncias em que a **B** trabalhou activamente para cobrar o valor do prémio das respectivas fracções, ao mesmo tempo, a correspondência mandada pela companhia **S** comprovou que parte do valor de prémio dessas fracções não foi cobrada pela **B**. Por outro lado, constata-se na “Tabela do Prémio e do Preço Básico das 109 Fracções do Jardim Guanpu(冠浦花園)”, prova documental que o Tribunal de primeira instância e a **A** deram como provada, que “o valor do prémio de US\$103.290,26 não foi cobrado pela **B** que esta devia cobrar” e “o outro valor de prémio de US\$39.872,40 não pertence a **B**”, o que está bem encaixado com as provas

Séries 1ª e 2ª supra citadas. Face a tudo isso, este Tribunal entende que segundo o acordo assinado em 22 de Maio de 1994, o pressuposto para a **A** ganhar o prémio constitui a existência do prémio. Nestes termos, o pedido do recorrente de dividir o valor do prémio com a **A** depois de descontar os valores supra citados do valor global do prémio da **B** está fundamentado e preenche os termos do acordo.

A respeito das despesas de venda, como o acordo foi assinado em Maio de 1994 pelo que ambas as partes acordaram em liquidar as contas correntes anteriores à assinatura do acordo supra citado num prazo de 14 dias. Por isso, o facto de o recorrente apresentar as provas agora não está preenchendo os termos do acordo. Além disso, tais provas foram constituídas antes da instauração da acção na primeira instância, contrariando assim os requisitos de provas pelo que o Tribunal não dá como provadas tais provas. Ao mesmo tempo, o valor de US\$1.274.343,72 de despesas de venda apresentado na “Tabela de Responsabilidade Pecuniária da **A**” constitui um exercício da competência, sendo por isso provado. Nestes termos, mantemos esta parte da decisão do Tribunal *a quo*.

A respeito dos valores do prémio já retirados pela **A**, face ao facto de que o Tribunal *a quo* não deu como provada sua contra-alegação, a **B** apresentou, no decurso do recurso e no prazo de provas, as provas de que a **A** tem retirado parte do valor de prémio. Mesmo contestando a autenticidade das provas, a **A** não apresentou prova do contrário. Pelo exposto, este Tribunal dá como provada a correspondência mandada pela **A** à companhia **S**, na qual, a primeira declarou que tinha recebido o valor de HKD\$ 587.572,89 (estimado pelas ambas as partes em US\$76.200,00), reconhecendo sua autenticidade e seus efeitos probatórios. Nesta razão, este valor deve ser descontado do valor do prémio que pertence à **A**. A respeito do valor do prémio das 9 fracções, como não está incluído no valor do prémio de 109 fracções, não há nenhuma relação entre este valor e o caso *sub judice*, sendo por isso não fundamentado.

Por tudo supra exposto, este Tribunal entende: o contrato assinado entre a **B**, **C** e a **A** constitui acordo expressado entre as partes interessadas regulamentada pela lei, sendo por isso um documento com validade jurídica que deve ser observado pelas partes signatárias. O pedido apresentado pela **A**, nos termos do contrato, de adquirir o valor do prémio que lhe coube está procedente e com fundamentos de facto. Em conformidade com a apreciação das provas supra citadas e os factos provados na primeira instância, este Tribunal entende que o preço de venda de 109 fracções é de US\$16.437.154,86, dos quais, o valor do preço básico que deve pagar à companhia **S** é de US\$12.566.903,33, enquanto as despesas de venda é de US\$1.274.343,72, e o valor de prémio de US\$103.290,26 (a **B** escreveu erradamente em US\$103.290,96) e o valor de US\$39.872,40, os valores que a **B** devia cobrar e não cobrou. Em suma, o valor do prémio na venda de 109 fracções da **B** é de US\$2.452.824,15 (16.437.154,86 – 12.566.903,33 – 1.274.343,72 – 103.211,26 – 39.872,40), deste modo, segundo o contrato, os lucros que a **A** deve receber é de 20% do valor de prémio supra citado, quer dizer, num valor de US\$490.564,83, dos quais, deve descontar o valor já retirado pela **A**, em fim, o valor de lucros que a **A** vai receber deve ser de US\$414.364,83 (490.564,83 – 76.200,00); ao abrigo do contrato assinado em 22 de Maio de 1994, a responsabilidade de **C** não constitui apenas uma responsabilidade para ajudar a **A** a adquirir os respectivos lucros como ela expressou na excepção, mas sim, como parte contratante que assume a responsabilidade perante a **A**. Nos termos do contrato, a responsabilidade de **C** é a responsabilidade igual à da **B** de pagar a **A**, além disso, **C** não tem apresentado o recurso, razão pela qual, está muito adequado o facto de o Tribunal *a quo* condená-la a assumir a responsabilidade de pagamento. Ao abrigo do disposto do artigo 153º n.º 1, al. 3) da Lei de Processo Civil da República Popular da China, acordam neste Tribunal julgar:

1. Manter o item 2º da decisão do Processo Civil n.º 120 da Série: Hu Er Zhong Min Er (Min) Chu Zi (2003);

4. A sentença proferida pelo Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai no processo civil n.º 95 da Série Hu Gao Min Yi (Min) Zhong Zi (2004) (Data: 24 de Agosto de 2005) foi certificada nos seguintes termos:

公証證明書

2. Alterar o item 1º da decisão do Processo Civil n.º 120 da Série: Hu Er Zhong Min Er (Min) Chu Zi (2003) para condenar a **B** e **C**, a pagar, no prazo de 10 dias, a contar da data da produção dos efeitos da sentença, o montante de US\$414.364,83 à **A**.

Ainda acordam em julgar o pagamento das custas processuais de primeira instância segundo a decisão proferida pelo Tribunal de primeira instância; as custas processuais de segunda instância num montante de 48.908,00 renminbis, pagas respectivamente pela **B** no valor de 40.000,00 renminbis e pela **A**, no valor de 8.908,00 renminbis.

A presente decisão é definitiva.

Juiz Presidente: Jiang Hao (蔣浩)

Juiz: Miao Dan (繆丹)

Juiz substituto: Ma Hong (馬紅)

Aos 24 de Agosto de 2005.

Conferido, está conforme o original.

Escrivã: Zhao Hui (趙慧)"

致各界有關人士：本人，U，中華人民共和國香港特別行政區國際公証人，現證明以下事項

茲證明隨附的上海市高級人民法院(2004)滬高民一(民)終字第 95 號「民事判決書」(日期：2005 年 8 月 24 日)之複印本與該文件原本相符，其原本無可疑之處。

本公証人

于二零零六年九月十八日

以至誠簽署及加蓋印鑒

U

香港特別行政區律師及國際公証員 Solicitor & Notary Public

V 律師事務所 Messrs.V

香港中環 XXX 道 XXX 號 XXX 大廈 XXX 樓 XXX 室至 XXX 室

Rms. XXX, XXX Floor, XXX House, XXX

Road, XXX, Hong Kong⁵

⁵ **“Certidão de Autenticação**

Certifico, eu próprio, U, notário público da Região Administrativa Especial de Hong Kong, abaixo assinado, para os devidos efeitos, que:

A fotocópia da sentença proferida pelo Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai no processo civil n.º 95 da Série Hu Gao Min Yi (Min) Zhong Zi (2004) (Data: 24 de Agosto de 2005) está conforme com o original sem nenhuma

IV - FUNDAMENTOS

1. O objecto da presente acção - *revisão da Sentença no Processo Civil, Série: Hu Gao Min Yi (Min) Zhong Zi (2004) n.º 95, do Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai* -, de forma a produzir aqui eficácia, passa pela análise das seguintes questões:

- Requisitos formais necessários para a confirmação;

objecção sobre sua autenticidade.

Aos 18 de Setembro de 2006

Notário público

Com assinatura e aposição do carimbo

U

(Ass. - Vide o original)

Solicitor & Notary Public

Região Administrativa Especial de Hong Kong

Escritório de Advogados: Messrs, V

Rms. XXX, XXX Floor, XXX House, XXX

Road, XXX, Hong Kong"

- Colisão ou não com matéria da exclusiva competência dos Tribunais de Macau;
- Compatibilidade com a ordem pública;

Face à contestação do pedido de revisão importará analisar a questão relativa à pretensa falta de poderes dos mandatários no presente processo de revisão de sentença do Exterior.

2. Da falta de poderes dos mandatários da requerente

A petição inicial nos autos foi assinada pelos signatários, Advogado Estagiário e Advogada, actuado ambos na qualidade de mandatários judiciais da requerente, com poderes para o efeito legalmente conferidos.

Daí que não se perceba por que razão se alude a uma falta de poderes de representação por falta de advogado constituído, já que se verifica que na procuração conferida pela requerente não só intervém um advogado estagiário, como a sua patrona. Se ela assina na qualidade de patrona ou de mestre em Direito, tais qualidades não lhe retiram a qualidade de advogada. Ao assinar o requerimento de revisão não deixa ela de assumir a responsabilidade pela intervenção, não só do estagiário, como dela própria pelo mandato forense ali consubstanciado.

E o facto de a peça estar em língua chinesa isso não quer dizer que não esteja inteirada do seu conteúdo e seus exactos termos. De qualquer forma, se o não estiver “sibi imputat”.

Não tem, assim, razão a requerida **B Limited**.

3. Quanto à autenticidade do documento que encerra o acórdão revidendo ainda aí não tem razão a requerida, vindo devidamente certificada a autenticação do documento junto por entidade competente de Hog Kong, tal com se deixou consignado no capítulo dedicado à factualidade apurada, certificação essa que não nos oferece dúvida nem a requerida as levanta de forma sustentada.

Tal como não nos oferecem dúvidas as procurações passadas à requerida para poder intervir nos autos, razão por que também aí soçobra o pedido da requerente para que os mesmos sejam desentranhados dos autos.

4. Importa então conhecer dos requisitos necessários à confirmação da sentença peticionada.

Prevê o artigo 1200º do C. Processo Civil:

“1. Para que a decisão proferida por tribunal do exterior de Macau seja confirmada, é necessária a verificação dos seguintes requisitos:

a) *Que não haja dúvidas sobre a autenticidade do documento de que conste a decisão nem sobre a inteligibilidade da decisão;*

b) *Que tenha transitado em julgado segundo a lei do local em que foi proferida;*

c) *Que provenha de tribunal cuja competência não tenha sido provocada em fraude à lei e não verse sobre matéria da exclusiva competência dos tribunais de Macau;*

d) *Que não possa invocar-se a exceção de litispendência ou de caso julgado com fundamento em causa afecta a tribunal de Macau, excepto se foi o tribunal do exterior de Macau que preveniu a jurisdição;*

e) *Que o réu tenha sido regularmente citado para a acção, nos termos da lei do local do tribunal de origem, e que no processo tenham sido observados os princípios do contraditório e da igualdade das partes;*

f) *Que não contenha decisão cuja confirmação conduza a um resultado manifestamente incompatível com a ordem pública.*

2. *O disposto no número anterior é aplicável à decisão arbitral, na parte em que o puder ser.*”

Com o Código de Processo Civil (CPC) de 1999, o designado privilégio da nacionalidade ou da residência - aplicação das disposições de direito privado local, quando este tivesse competência segundo o sistema das regras de conflitos do ordenamento interno - constante da anterior al. g) do artigo 1096º do CPC, deixou de ser considerado um requisito necessário, passando a ser configurado como mero obstáculo ao reconhecimento, sendo a sua invocação reservada à iniciativa da parte interessada, se residente em

Macau, nos termos do artigo 1202º, nº2 do CPC.

A diferença, neste particular, reside, pois, no facto de que agora é a parte interessada que deve suscitar a questão do tratamento desigual no foro exterior à R.A.E.M., facilitando-se assim a revisão e a confirmação das decisões proferidas pelas autoridades exteriores, respeitando a soberania das outras jurisdições, salvaguardando apenas um núcleo formado pelas matérias da competência exclusiva dos tribunais de Macau e de conformidade com a ordem pública.

Não se conhecendo do fundo ou do mérito da causa, na revisão formal, o Tribunal limita-se a verificar se a sentença estrangeira satisfaz certos requisitos de forma e condições de regularidade⁶, pelo que não há que proceder a novo julgamento tanto da questão de facto como de direito.

Vejamos então os requisitos previstos no artigo 1200º do CPC.

5. Autenticidade e inteligibilidade da decisão.

Parece não haver dúvidas de que a sentença a rever se encontra corporizada por um documento autêntico devidamente selado, certificando-se um procedimento que correu seus termos por Tribunais da RPC e com recurso

⁶ - Alberto dos Reis, Processos Especiais, 2º, 141; Proc. nº 104/2002 do TSI, de 7/Nov/2002

para um Tribunal de 2ª Instância da RPC, certificando-se que por sentença proferida pelo Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai foi proferida a decisão nos termos ali exarados.

O conteúdo da decisão facilmente se alcança, em particular no que respeita à consubstanciação da condenação dos ora requeridos a pagar à requerente uma determinada quantia e qual o fundamento dessa condenação.

4. Quanto aos requisitos relativos ao **trânsito em julgado**, competência do tribunal do exterior, ausência de litispendência ou de caso julgado, citação e garantia do contraditório, dispõe o artigo 1204º do CPC:

“O tribunal verifica oficiosamente se concorrem as condições indicadas nas alíneas a) e f) do artigo 1200º, negando também oficiosamente a confirmação quando, pelo exame do processo ou por conhecimento derivado do exercício das suas funções, apure que falta algum dos requisitos exigidos nas alíneas b), c), d) e e) do mesmo preceito”.

Tal entendimento já existia no domínio do Código anterior⁷, entendendo-se que, quanto àqueles requisitos, geralmente, bastaria ao requerente a sua invocação, ficando dispensado de fazer a sua prova positiva e directa, já que os mesmos se presumiam⁸.

É este, igualmente, o entendimento que tem sido seguido pela

⁷ - cfr. artigo 1101º do CPC pré-vigente

⁸ - Alberto dos Reis, ob. cit., 163 e Acs do STJ de 11/2/66, BMJ, 154-278 e de 24/10/69, BMJ, 190-275

Jurisprudência de Macau.⁹

Ora, nada resulta dos autos ou do conhecimento oficioso do Tribunal, no sentido da não verificação desses requisitos que assim se têm por presumidos.

6. Mesmo em relação ao trânsito parece não haver dúvidas de que houve definitividade da decisão, tal como se averba no texto da própria decisão.

Acresce que esta parece ser questão incontroversa face à falta de objecções sobre tal requisito suscitadas nos autos.

7. Da ordem pública.

Não se deixa de ter presente a referência à ordem pública, a que alude o art. 273º, nº2 do C. Civil, no direito interno, como aquele conjunto de *“normas e princípios jurídicos absolutamente imperativos que formam os quadros fundamentais do sistema, pelo que são, como tais, inderrogáveis pela vontade dos indivíduos.”*¹⁰

E se a ordem pública interna restringe a liberdade individual, a ordem pública internacional ou externa limita a aplicabilidade das leis

⁹ - cfr. Ac. TSJ de 25/2/98, CJ, 1998, I, 118 e jurisprudência aí citada, Ac. TSI de 27/7/2000, CJ 2000,

II, 82, 15/2/2000, CJ 2001, I, 170, de 24/5/2001, CJ 2001, I, 263 de 11/4/2002, proc. 134/2002 de 24/4/2002, entre outros

¹⁰ -João Baptista Machado, Lições de DIP, 1992, 254

exteriores a Macau, sendo esta última que relevará para a análise da questão.

No caso em apreço, em que se pretende confirmar é uma sentença de condenação no pagamento de uma determinada quantia à Requerente na sequência do negócio entre eles havido.

Situação banal e comum em qualquer ordenamento jurídico.

E se se pretende reconduzir a uma questão de uma ordem pública a confirmação com força executiva de uma decisão suspensa no ordenamento de origem, então sempre caberia provar essa suspensão. E o certo é que tal prova não se mostra efectuada.

A decisão proferida mostra-se transitada e os seus efeitos ainda não foram destruídos por nenhuma outra decisão que tenha sido proferida até ao presente momento.

Acresce que na revisão não se trata de proferir decisão sobre a materialidade da relação em litígio, mas apenas apreciar sobre determinados pressupostos formais da decisão a rever.

8. Não se observam outros obstáculos à revisão e confirmação da sentença em causa.

Se quanto à matéria da **competência exclusiva** dos Tribunais de Macau esta está sujeita a indagação, implicando uma análise em função do teor da decisão revidenda, à luz, nomeadamente, do que dispõe o artigo 20º do CC:

“A competência dos tribunais de Macau é exclusiva para apreciar:

a) As acções relativas a direitos reais sobre imóveis situados em Maca

b) As acções destinadas a declarar a falência ou a insolvência de pessoas colectivas cuja sede se encontre em Macau.”,

a situação dos autos mostra-se excluída desta previsão.

Face a todo o exposto, a "sentença a ser confirmada" preenche os requisitos necessários para a confirmação, ou seja, os requisitos previstos no artigo 1200º, nº 1 do Código de Processo Civil de Macau e os requisitos negativos previstos nos artigos 7º e 11º do Acordo sobre a Confirmação e Execução Recíprocas de Decisões Judiciais em Matéria Civil e Comercial entre o Interior da China e a Região Administrativa Especial de Macau.

A confirmação deve seguir os exactos termos da sentença revidenda, não se proferindo aqui uma decisão condenatória autónoma daquela, como parece pretender a requerente

V - DECISÃO

Pelas apontadas razões, **acordam em conceder a revisão e confirmar** a Sentença no Processo Civil, Série Hu Gao Min Yi (Min) Zhong Zi (2004) n.º 95, do Tribunal Popular Superior do Município de Shanghai da RPC, **nos seus precisos termos.**

Custas pelos requeridos.

Macau, 10 de Dezembro de 2009
João A. G. Gil de Oliveira
Lai Kin Hong
Choi Mou Pan